

mos estabelecidos por êste decreto-lei; mas em tal caso reservar-se-á aos originários proprietários, ou seus representantes, o direito de readquirirem os prédios expropriados se a autorização de jogar, agora concedida, fôr revogada.

§ único. No caso de devolução, prevista neste artigo, o valor da expropriação será aumentado ou diminuído de harmonia com a maior ou menor valia resultante da aplicação que houver sido dada ao prédio expropriado e com o fim a que tenha de ser destinado de novo.

Art. 8.º Iniciada a exploração, a sociedade Terra Nostra fica adstrita ao cumprimento das obrigações e deveres impostos nas leis e regulamentos aos concessionários do exclusivo de jogos de fortuna ou azar nas zonas temporárias, salvo o que fôr contrário ao disposto no presente decreto-lei e à natureza precária da autorização.

§ único. Fica autorizada a sociedade Terra Nostra a transformar-se em sociedade anónima de responsabilidade limitada, nos termos da lei geral.

Art. 9.º A ajuda de custo diária a abonar aos fiscais em serviço no casino do Vale das Furnas é fixada em 30\$.

Art. 10.º Êste decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 3. de Agosto de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Direcção Geral dos Negócios Políticos

#### Repartição dos Negócios da Sociedade das Nações

Por ordem superior se faz público que, segundo informa o secretário geral da Sociedade das Nações, a Turquia aderiu em 27 de Junho de 1936 ao Acôrdo relativo aos sinais marítimos e Regulamento, e Acôrdo sôbre os barcos-luz vigiados que se encontrem fora do seu pôsto habitual e Regulamento, assinados em Lisboa a 23 de Outubro de 1930, havendo decidido igualmente aplicar as Recomendações sôbre as características dos faróis e sôbre os radiofaróis, adoptadas na mesma data.

Repartição dos Negócios da Sociedade das Nações, 28 de Julho de 1936.—Pelo Secretário Geral, Augusto de Vasconcelos, delegado permanente.

## MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

### Gabinete do Ministro

#### Decreto n.º 26:861

Na metrópole, e residindo em diversos pontos do País, encontram-se muitos funcionários civis das colónias portuguesas, uns aposentados, outros aguardando que os seus processos de aposentação corram os trâmites legais, e ainda outros no gôzo de licenças a que têm direito.

O pagamento dos vencimentos ou pensões desses funcionários tem sido feito aos próprios interessados, ou aos seus procuradores, quando, por residirem em pontos distantes de Lisboa, ou por quaisquer outros moti-

vos, não podem, ou não desejam, êles próprios receber os seus vencimentos ou pensões.

Torna-se por isso conveniente, e necessário até, providenciar de modo que, quando os referidos funcionários não possam, ou não queiram, pessoalmente, receber as suas pensões ou vencimentos, haja um organismo público que por forma económica e prática o faça, colocando assim êsses funcionários coloniais não só ao abrigo de despesas consideráveis, representadas pelas percentagens elevadas que pagam aos seus procuradores, como ainda de presumíveis prejuízos, conseqüentes de um irregular uso das procurações.

Êsse organismo público deverá ser a Agência Geral das Colónias, já pela natureza especial das funções públicas que exerce, já pelo que dispõe o n.º 5.º do artigo 14.º do decreto n.º 21:988, de 15 de Dezembro de 1932, e ainda porque ela exerce já, de facto, essa modalidade de procuradoria, a trôco de uma pequena percentagem, que reverte integralmente para os seus fundos próprios.

Podendo porém suceder que alguns dos funcionários de que se trata tenham parentes que possam constituir seus procuradores para o efeito que vem sendo tratado, é de aconselhar que, nessa hipótese, tenham a faculdade de por êles se representarem.

Considerando ainda que, semelhantemente ao que sucede com os funcionários civis coloniais residentes definitiva ou temporariamente na metrópole, pode suceder que haja funcionários civis nas colónias que desejem deixar às suas famílias, na metrópole, nos termos facultados pela lei, parte dos vencimentos a que têm direito, e Convinde portanto acautelar os interesses de todos estes funcionários civis coloniais;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Os vencimentos ou pensões dos funcionários civis coloniais residentes definitiva ou acidentalmente na metrópole serão recebidos pelos próprios interessados, para o que terão de assinar os competentes títulos na Repartição de Contabilidade das Colónias.

Art. 2.º Quando êsses funcionários, por residirem em locais distantes de Lisboa ou por quaisquer razões, não queiram pessoalmente receber as suas pensões ou vencimentos, poderão constituir seus procuradores, para junto da Repartição de Contabilidade das Colónias os representarem, a seus pais, cônjuges, filhos, irmãos, avós ou netos, que estejam no gôzo dos seus direitos civis.

Art. 3.º Salvo os parentes indicados no artigo anterior, só a Agência Geral das Colónias poderá, com procuração bastante, representar junto da Repartição de Contabilidade das Colónias os funcionários civis coloniais para tudo quanto fôr necessário e que respeite a percepção dos seus vencimentos ou pensões.

Art. 4.º Pelo serviço de recebimento de pensões ou vencimentos cobrará a Agência Geral das Colónias, para os seus fundos próprios, as percentagens seguintes:

Vencimentos ou pensões até 300\$ . . . . .	1/3 por cento
De 300\$01 a 600\$ . . . . .	1/4 por cento
De 600\$01 a 1.000\$ . . . . .	1 por cento
No que exceder a 1.000\$ . . . . .	2 por cento

Art. 5.º O produto destas percentagens constituirá receita da Agência Geral das Colónias.

Art. 6.º Para a boa e regular execução dêste serviço o Ministro das colónias poderá admitir, sob proposta do agente geral das Colónias, até três funcionários, cada um com o vencimento mensal de 700\$, sendo êsse ven-

cimento pago pela receita proveniente da cobrança das percentagens referidas no artigo anterior.

Art. 7.º Para cumprimento do artigo anterior o cálculo da receita para os meses até ao fim do presente ano económico constituirá receita de um orçamento suplementar da Agência Geral das Colónias, respeitante aos mesmos meses.

Art. 8.º Sempre que, por motivos de serviço, o agente geral das colónias não possa assinar os títulos de vencimentos ou pensões a apresentar na Repartição de Contabilidade das Colónias, poderá delegar no chefe

da Divisão de Procuradoria da Agência Geral das Colónias o encargo de, por si, os assinar.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

*Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.*

Paços do Governo da República, 3 de Agosto de 1936.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Francisco José Vieira Machado*.